

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras do **Município de Nisa**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de ativo líquido de 52 836 741 euros e um total de fundos próprios de 25 848 146 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 458 361 euros), a Demonstração dos resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 11 405 657 euros de despesa paga e um total de 11 472 225 de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;



1

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Nisa**, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

ÊNFASES

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamo a atenção para as situações seguintes:
- 8.1 Durante o período de 2014, o Município procedeu à Internalização e dissolução da empresa Ternisa, E.M.. Conforme mencionado na nota 8.2.2 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, esta operação teve os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras do Município: (i) Incorporação e posterior liquidação de financiamentos bancários no valor de 664.080€; (ii) registo de dívida de fornecedores no valor de 102.965€; (iii) registo de valores a receber dos sócios da empresa no montante de 242.301€; (iv) Anulação da provisão constituída em anos anteriores no montante de 835.590€; e (v) anulação da participação financeira relativo ao capital social da empresa Ternisa, E.M..

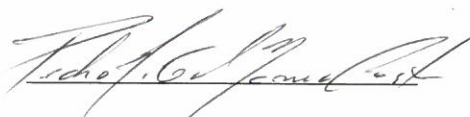
- 8.2 Conforme mencionado na nota 8.2.2 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, em 2014 foi realizado uma avaliação ao Prédio Urbano Complexo Turístico do Fratel. Desta avaliação resultou uma desvalorização extraordinária no montante de 1.295.027€ e uma reposição do subsídio ao investimento recebido no valor de 499.620€. Estes movimentos, em virtude do seu elevado valor e por se tratarem de custos e proveitos de exercícios anteriores, foram registados por contrapartida de resultados transitados.
- 8.3 Em 31 de dezembro de 2014, permanecia em imobilizações em curso, o montante de 1.018.118€ relativo aos estudos de elaboração e acompanhamento do Plano Diretor Municipal, que ainda não foi aprovado em Assembleia Municipal. Neste âmbito, o executivo municipal pretende que plano seja concluído e aprovado durante o ano de 2015.
- 8.4 Apesar de Previsto Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, ainda não se encontra implementada uma contabilidade de custos. No entanto, os custos com as tarifas cobradas e outros serviços prestados são apurados através de meios alternativos.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Portalegre, 20 de abril de 2015

O Revisor Oficial de Contas



Pedro Miguel Januário Costa, ROC n.º 1622